

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 103/XII/ 2.ª SL

Aos 16 dias do mês de julho de 2013, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Apreciação de:

- Parecer relativo à Proposta de Resolução n.º 60/XII/2 - *Aprova o Acordo Quadro Global de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados Membros, por um lado, e a República Socialista do Vietname, por outro, assinado em Bruxelas em 27 de junho de 2012;*

Deputada Autora do Parecer: Manuela Tender (PSD);

- Parecer relativo à Proposta de Resolução 58/XII - *Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Corporação Andina de Fomento sobre Privilégios e Imunidades, assinado em Lisboa, a 30 de novembro de 2009.*

Deputado Autor do Parecer: Paulo Pisco (PS);

- Parecer relativo à Proposta de Resolução 63/XII - *Aprova o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à instituição de um Procedimento de Comunicação, adotado em Nova Iorque, em 19 de dezembro de 2011.*

Deputada Autora do Parecer: Maria Belém Roseira (PS);

- Relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - *Uma vida digna para todos: Erradicar a pobreza e dar ao mundo um futuro sustentável [COM(2013)92];*

Deputada Autora do Relatório: Mónica Ferro (PSD).

3. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução n.º 64/XII/2ª - *Aprova a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados adotada em Nova Iorque, em 20 de dezembro de 2006.*

4. Plano de Atividades da Comissão - *Concretizações previstas para a 3ª Sessão Legislativa da XII Legislatura (2013/2014) e Orçamento para 2014.*

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 103/XII/ 2.ª SL

5. Aprovação das atas n.º 98, 99 e 100 referentes respetivamente às reuniões de 19, 25 e 27 de junho 2013.

6. Outros assuntos.

1. Informações.

O Sr. Vice-Presidente, Deputado José Lino Ramos presidiu à reunião devido a ausência do Sr. Presidente. Deu início à reunião informando sobre o programa da visita da delegação da Comissão de Relações Internacionais da Assembleia da República de Moçambique, na próxima semana, e pediu aos membros da Mesa e aos Coordenadores dos grupos parlamentares para informarem caso tivessem disponibilidade para almoçar com a delegação, no dia 23 de julho, como previsto no programa.

Informou ainda que foi contactada a Senhora Presidente do Instituto Camões para vir à Comissão na próxima semana não tendo ainda havido confirmação da sua disponibilidade. Houve acordo entre os membros da Comissão no sentido de se efetuar uma insistência para a sua vinda.

Relativamente à questão das apreciações parlamentares, informou que será analisada amanhã, na Conferência de Líderes, e, em função da deliberação da Conferência, proceder-se-á ou não ao agendamento em Comissão. Finalmente, quanto à questão da composição da delegação à próxima Conferência PESC/PCSD, nos dias 4 e 6 de setembro, em Vilnius, referiu que a Comissão aprovou recentemente critério sobre esta questão, cabendo, em conformidade, aos grupos parlamentares do PSD e do PS indicarem quem integrará a delegação.

2. Apreciação de:

- Parecer relativo à Proposta de Resolução n.º 60/XII/2 - *Aprova o Acordo Quadro Global de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados Membros, por um lado, e a República Socialista do Vietname, por outro, assinado em Bruxelas em 27 de junho de 2012;*

A Sr.ª Deputada Manuela Tender (PSD) apresentou o Parecer começando por destacar que, logo no artigo 1.º, as Partes confirmam o seu empenhamento na defesa

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 103/XII/ 2.ª SL

dos princípios gerais de direito internacional, tal como definidos nos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas, bem como noutros tratados internacionais relevantes, e em continuar a cooperar, tendo em vista a realização completa dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Elencou os objetivos fixados em termos de cooperação. Referiu que o Acordo constitui um compromisso da UE e dos seus Estados-Membros para com o Vietname nos domínios do desenvolvimento, do comércio, da economia e da justiça, e abrange áreas como a saúde, o ambiente, a energia, a educação e a cultura, o trabalho, o emprego, a ciência e tecnologia, a cooperação judiciária, o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, a criminalidade organizada e a corrupção. Concluiu considerando que a Proposta de Resolução em apreciação está em condições de ser votada em Plenário.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) usou da palavra para felicitar a Sr.ª Deputada pelo Parecer que elaborou e apresentou, tendo de seguida destacado a importância da aprovação desta proposta de resolução.

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do BE.

- Parecer relativo à Proposta de Resolução 58/XII - *Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Corporação Andina de Fomento sobre Privilégios e Imunidades, assinado em Lisboa, a 30 de novembro de 2009.*

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) apresentou o Parecer referindo que este Acordo constitui um novo instrumento jurídico de direito internacional público que permitirá a Portugal um fortalecimento com os países da América Latina, nas áreas económica e financeira, num momento particularmente importante e sensível para a melhoria do desenvolvimento dos laços que nos ligam a esta região do mundo.

Este Acordo surge na sequência do Acordo sobre Privilégios e Imunidades com a Corporação Andina que Portugal celebrou em 2009, em Lisboa, como parte do processo da nossa integração neste organismo financeiro multilateral que conta com 17 Estados membros. Elencou de seguida as matérias abrangidas pelo articulado e concluiu considerando que a proposta de resolução reúne os requisitos constitucionais e regimentais para ser apreciada e votada em Plenário.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 103/XII/ 2.ª SL

A Sr.ª Deputada Mónica Ferro (PSD) interveio para a agradecer o trabalho desenvolvido na elaboração do parecer e a capacidade de síntese da sua apresentação. Disse ainda que se trata de um Acordo que tardava em ser ratificado e que vem permitir o aumento da cooperação entre Portugal e a corporação andina.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do BE.

- Parecer relativo à Proposta de Resolução 63/XII - *Aprova o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à instituição de um Procedimento de Comunicação, adotado em Nova Iorque, em 19 de dezembro de 2011.*

A Sr.ª Deputada Maria Belém Roseira (PS) apresentou o Parecer começando por referir que existe uma lacuna consubstanciada na impossibilidade de apresentação de queixas individuais ao Comité dos Direitos da Criança. Tendo em vista o objetivo de reforçar o respeito pelo superior interesse da criança e a necessidade reconhecida de complementar os mecanismos nacionais, Portugal reconhece, com este Protocolo, as competências do Comité dos Direitos da Criança.

A Sr.ª Deputada, numa lógica de aproveitamento e potenciação dos recursos existentes, considerou que seria de encarar a possibilidade de o IAC, ser uma instituição parceira da proteção conferida pelo presente Protocolo, dando assim conteúdo em Portugal à cominação imposta aos Estados Parte relativamente à sua ampla difusão e divulgação. Considerou ainda que, sem prejuízo das específicas competências na matéria do Provedor de Justiça, o IAC poderia surgir como encaminhador para os órgãos competentes das queixas apresentadas por crianças em relação às quais se tenham esgotado todas as vias de recurso internas disponíveis. Concluiu considerando que a proposta de resolução reúne os requisitos constitucionais e regimentais para ser apreciada e votada em Plenário.

O Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP) interveio manifestando a sua concordância com o Parecer e a sugestão apresentada pela Sr.ª Deputada Relatora.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 103/XII/ 2.ª SL

A Sr.ª Deputada Mónica Ferro (PSD) pediu a palavra para secundar a apreciação positiva do parecer. Referiu ainda que é conhecida a experiência da Sr.ª Deputada Relatora na matéria em causa e manifestou a sua concordância e apoio relativamente à sugestão que é feita que lhe parece muito oportuna e útil.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do BE.

-Relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - *Uma vida digna para todos: Erradicar a pobreza e dar ao mundo um futuro sustentável* [COM(2013)92];

A Sr.ª Deputada Mónica Ferro (PSD) apresentou o Relatório começado por referir que vai ser muito sintética, pois esta comunicação já foi alvo de endosso pelo Conselho de Ministros, tendo recebido uma referência nas conclusões do Conselho de Assuntos Gerais. Começou por referir que o que esta Comunicação propõe são princípios tendo em vista a definição de um quadro abrangente para o período pós-2015. A Comissão faz um diagnóstico da situação atual, muito detalhado e ambicioso, em que destaca as alterações climáticas e o problema da sustentabilidade, nas vertentes de consumo e produção. A União Europeia, prosseguiu, deve capitalizar os objetivos do milénio e esta metodologia deve ser replicada, mas com metas e indicadores para cada país em detrimento da definição de objetivos globais. Esta posição foi acolhida noutros relatórios. A União Europeia destaca objetivos que já estão consensualizados mas acrescenta novos objetivos, como o empoderamento das mulheres e dos jovens e a saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Destacou ainda a preocupação com os direitos humanos e a boa governação que devem ser objetivos de *per si*. Concluiu referindo que é desta forma que a União Europeia recupera a sua voz a nível mundial.

O Sr. Deputado Ferro Rodrigues (PS) interveio para manifestar a sua satisfação por estar presente na reunião em que este relatório é apresentado e apreciado e considerou que se tratava de um excelente relatório.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 103/XII/ 2.ª SL

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) secundou esta opinião. A Sr.ª Deputada Relatora é militante destas questões e este relatório evidencia o seu envolvimento nestas questões que, realçou, em momentos de crise têm tendência a ser secundarizadas.

Submetido a votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do BE.

3. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução n.º 64/XII/2ª Aprova a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados adotada em Nova Iorque, em 20 de dezembro de 2006.

De acordo com os critérios de distribuição, cabe ao grupo parlamentar do PSD indicar Deputado/a para apresentar relatório.

4. Plano de Atividades da Comissão - Concretizações previstas para a 3ª Sessão Legislativa da XII Legislatura (2013/2014) e Orçamento para 2014.

Foi distribuída proposta elaborada pelos serviços, e solicitado envio de contributos e sugestões.

5. Aprovação das atas n.º 98, 99 e 100 referentes respetivamente às reuniões de 19, 25 e 27 de junho 2013.

As atas foram aprovadas por unanimidade registando-se ausência do BE

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião foi encerrada às 18:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 setembro 2013.

O VICE-PRESIDENTE



(JOSÉ LINO RAMOS)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 103/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Basílio Horta
Bernardino Soares
Feliciano Barreiras Duarte
José Lino Ramos
Maria de Belém Roseira
Maria Gabriela Canavilhas
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Mónica Ferro
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Pedro Silva Pereira
Ferro Rodrigues
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
António Rodrigues
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Helena Pinto
Mário Magalhães

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Laurentino Dias
Maria João Ávila

